



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Resolução 0056-CJ, de 19 de fevereiro de 2018

Dispõe sobre julgamento do Auto de Infração nº 32090, em nome da empresa Viação Aragarina Ltda, conforme Processo nº 201700029006403.

A Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013, que trata da competência da Câmara de Julgamento para julgar, em primeira instância, os processos administrativos de autos de infração oriundos das atividades de fiscalização da AGR;

Considerando o que dispõe a Resolução nº 297, de 27 de dezembro de 2007, do Conselho de Gestão da AGR, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidade aos concessionários ou permissionários dos serviços públicos do sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

Considerando que a empresa apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica, a qual é adotada na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Viação Aragarina Ltda, infringiu o inciso XIV, art. 10, da Resolução 297/2007-CG, ao transportar passageiros em número superior à lotação autorizada para o veículo, multa por passageiro excedente, no trajeto Goiânia a Inhumas, foi autuada em 21/12/2017, nos termos do Auto de Infração nº 32090;

Considerando a decisão da Câmara de Julgamento, em reunião realizada em 09/02/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. Manter o Auto de Infração nº 32090, em nome da empresa Viação Aragarina Ltda, por descumprimento da legislação vigente.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CÂMARA DE JULGAMENTO, em GOIANIA - GO, aos 19 dias do mês de fevereiro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN DO ESPIRITO SANTO BATISTA**, Coordenador (a), em 20/02/2018, às 11:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **1486375** e o código CRC **161AAADB**.

VISCONDE DE MAUA



Referência: Processo nº 201700029006403



SEI 1486375